

**CARTA ROGATÓRIA nº 14213 - PT (2019/0026549-5)**

JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE FARO - JUÍZO DE  
FAMÍLIA E MENORES DE PORTIMÃO - JUIZ 2  
INTERES. : C M DOS S J  
PARTE : I A R F  
A.CENTRAL : MINISTERIO DA JUSTIÇA

**DECISÃO**

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à citação de C. M. dos S. J. para processo de divórcio sem consentimento do outro cônjuge, a fim de que compareça pessoalmente a **audiência no dia 4 de julho de 2019, às 9h15min**, conforme o texto rogatório.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão do *exequatur* com aplicação do contraditório diferido (fl. 31).

É o relatório. Decido.

Merece acolhida a manifestação ministerial, de que deve ser aplicado ao caso o § 1º do art. 216-Q do RISTJ, que autoriza a concessão da ordem sem a prévia oitiva da parte interessada "quando sua intimação prévia puder resultar na ineficiência da cooperação internacional".

Segundo dispõe o art. 247, I, do CPC, tratando-se de ações de estado da pessoa, é de rigor o cumprimento da comissão por intermédio de oficial de justiça.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur**.

Assim, **remeta-se a comissão à Justiça Federal, à Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, para as providências cabíveis**.

**Cumpra-se a diligência em 30 dias**.

Após, devolvam-se os autos ao STJ para que sejam enviados ao país de origem por meio da autoridade central competente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

